

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****5ª VARA CÍVEL****RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1017482-70.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
 Requerente: **Condomínio Residencial Reserva Aquarela**
 Requerido: **Inacio Alves de Souza e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

CONDOMÍNIO RESIDENCIAL RESERVA AQUARELA, qualificado na inicial, ajuizou ação de Procedimento Sumário em face de INÁCIO ALVES DE SOUZA e ADRIANA COUTINHO DE SOUZA, também qualificados, alegando serem os réus proprietários da unidade 07 do Condomínio Residencial Reserva Aquarela, e como tal responsáveis pelas despesas condominiais mensais, e se encontram em débito da importância de R\$ 2.386,69 (dois mil trezentos e oitenta e seis reais e sessenta e nove centavos), relativo a encargos condominiais, conforme planilha inclusa (*fls. 14*), correspondente a contribuições vencidas e não pagas, referentes aos meses de abril a outubro de 2015. Assim, esgotados os meios amigáveis de recebimento, requereu fossem os réus condenados ao pagamento do valor indicado, mais acréscimos legais e encargos de sucumbências.

Os réus, citados, não ofereceram contestação.

É o relatório.

DECIDO.

A causa envolve questão patrimonial, de modo que é de rigor sejam aplicados os efeitos da revelia, presumindo-se verdadeiros os fatos narrados na petição inicial, pois que assim consignado no mandado de citação e não tendo a ré apresentado resposta (*cf. art. 319, Código de Processo Civil*).

Tem-se então como acolhido o valor das despesas condominiais, atualizado até a propositura da ação, em R\$ 2.386,69 (dois mil trezentos e oitenta e seis reais e sessenta e nove centavos), conforme planilha encartada a *fls. 14*.

Sobre este valor deverá ser aplicada correção monetária com base nos índices do INPC, e juros moratórios de 1,0% ao mês, a contar da citação.

Tratando-se a presente ação de cobrança de prestações periódicas, nos termos do quanto disposto no art. 290, do CPC, arcará ainda a ré com o valor das prestações vencidas e não pagas no curso do processo, desde que devidamente comprovadas, as quais deverão ser incluídas na condenação, podendo ser executadas as vencidas até a data de início da execução do julgado.

Sucumbindo, caberá, outrossim, aos réus o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da dívida, atualizada.

Isto posto, JULGO PROCEDENTE a presente ação, CONDENO os réus, INÁCIO ALVES DE SOUZA e ADRIANA COUTINHO DE SOUZA a pagar ao autor CONDOMÍNIO RESIDENCIAL RESERVA AQUARELA, a importância de R\$ 2.386,69 (dois mil trezentos e oitenta e seis reais e sessenta e nove centavos), acrescida de correção monetária pelos índices do



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

INPC e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da citação; e CONDENO os réus ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado, na forma e condições acima.

Publique-se e intime-se.

São Carlos, 16 de junho de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**